

BOLSONARO MANTÉM APROVAÇÃO

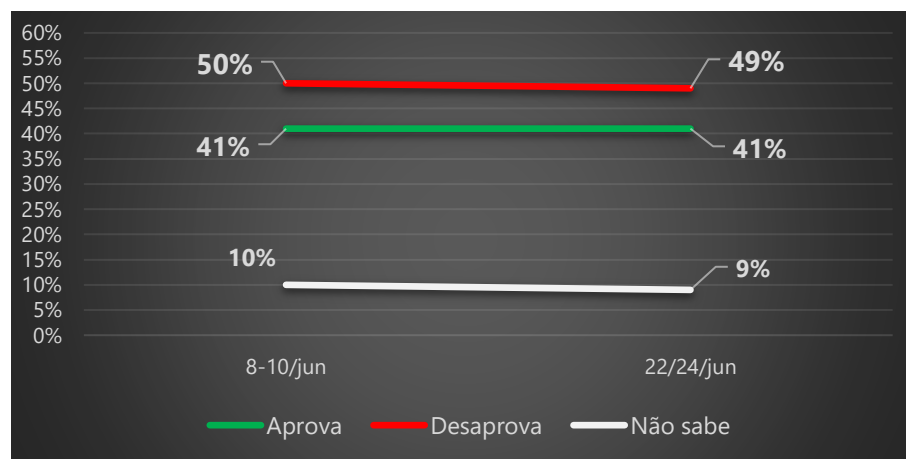
POLITICAL VIEW #003

Drops report

No último relatório "#002 – E agora, Queiroz?", apresentamos nossa visão a respeito dos desdobramentos da prisão do ex-assessor de Flávio Bolsonaro, Fabrício Queiroz. No relatório dissemos que a repercussão do caso "seria limitada, ao menos entre os bolsonaristas". Isso porque não se tratava de um fato inteiramente novo (já se fala em Queiroz desde as campanhas) e forte o suficiente para minar as bases de um perfil tão ideológico quanto o bolsonarista.

Hoje de manhã foi divulgada pesquisa do DataPoder360 que confirma essa visão. A pesquisa realizou 2500 entrevistas em todas unidades da Federação entre os dias 22 e 24 de junho, ou seja, após a prisão de Queiroz. Ao comparar a pesquisa atual com a última realizada, entre os dias 8 e 10 de junho, a aprovação do governo segue praticamente inalterada. A avaliação do governo entre "ruim/péssimo", "regular" e "bom/ótimo" também segue sem maiores mudanças.

Figura 1 – Aprovação do governo



Fonte: DataPoder360¹, adaptado por mim

Como afirmamos na última carta, isso não quer dizer que o evento seja irrelevante. **Entre os pontos que devem ser monitorados**, destacamos os seguintes:

- Até então Queiroz tem se mantido calado. Não se sabe, no entanto, se poderia mudar de postura após a prisão e toda pressão que ela cria sob o ex-assessor;
- A operação policial aprendeu objetos, aparelhos, anotações de Queiroz, e não se sabe ainda se algum deles teria ou não ligação com o Presidente;

¹ <https://www.poder360.com.br/datapoder360/bolsonaro-mantem-aprovacao-estavel-em-41-mesmo-depois-de-prisao-de-queiroz/>

- Uma eventual acusação de que o Presidente estaria agindo para intervir nas investigações em favor do filho Flávio Bolsonaro, seria potencialmente danosa a sua imagem, pois reforçaria a denúncia já feita pelo ex-ministro Sérgio Moro;
- Ainda não sabemos como a opinião pública enxerga a responsabilidade do pai sobre o filho. Mesmo que Flávio seja cada vez mais envolvido no caso, não há como prever se os bolsonaristas responsabilizariam o pai pelas “falhas” do filho. Estamos monitorando as pesquisas realizadas até então para tentar extrair esse tipo de informação.

A pesquisa do DataPoder360 trouxe ainda três outras **informações relevantes** que podem ter implicações no curto/médio prazo e que estamos monitorando:

- Ao cruzar os dados de avaliação do Presidente e aprovação do governo, o DataPoder360 encontrou que os eleitores que avaliam Bolsonaro como “regular” (20%) são mais propensos a aprovar o governo (50%) do que o desaprovar (35%). Ou seja, o eleitor não extremista, ao menos por enquanto, está mais pró-governo que contra.
- Por outro lado, o percentual de eleitores com avaliação “regular” tem declinado desde a pandemia e migrado para os que avaliam como “ruim ou péssimo”. Isso quer dizer que Bolsonaro tem tido sucesso ao manter uma base ideológica de seguidores, mas que vem perdendo a base mais moderada (como os “lava-jatistas”). À longo prazo, isso cria incentivos para que o governo seja cada vez mais responsivo a uma base radical.
- Por fim, a pesquisa aponta a melhor avaliação de Bolsonaro entre aqueles que “não tem renda”, público alvo do Programa de Renda extra do governo. Seria importante entender a quem a opinião pública atribui a “paternidade” do projeto. Esse ponto será importante, pois nas próximas semanas será discutida a prorrogação do auxílio. O Presidente da Câmara, Rodrigo Maia, já se posicionou a favor da prorrogação integral (R\$600) por seis meses. A equipe econômica do governo, no entanto, é contrária e defende uma prorrogação com valores regressivos, que tenha menos impacto aos cofres públicos. A narrativa em torno das medidas pode ter implicações importantes nesse público “sem renda”.

Estamos atentos a qualquer novidade. Até que elas cheguem, nossa visão de curto prazo é que podem surgir ruídos, mas nada que mude a estrutura do jogo político, a não ser que alguns dos gatilhos mencionados acima sejam disparados. No médio/longo prazo, Bolsonaro deve enfrentar o paradoxo de proteger as classes sociais mais baixas, sem contrariar a equipe econômica. Além disso, se torna cada vez mais dependente de uma base eleitoral radical que pode, em algum momento, contestar as negociações com o Congresso, com o Centrão, os “políticos”, etc.